



PROJETO DE LEI Nº , DE 2020

(Do Sr. Márcio Marinho)

Dispõe sobre a isenção no pagamento de multa de fidelidade nos contratos mantidos por consumidores com empresas de telefonia fixa ou móvel, TV por assinatura, internet ou assemelhados, durante a vigência de estado de calamidade pública.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam isentos, os consumidores, do pagamento de cláusula de fidelização nos contratos mantidos com empresas de telefonia fixa ou móvel, TV por assinatura, internet e similares, enquanto perdurar o Decreto de calamidade pública para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo COVID-19.

Art. 2º Os consumidores que não quiserem cancelar o serviço, mas apenas suspendê-lo por determinado período, também não poderão sofrer sanção contratual.

Art. 3º O descumprimento das disposições desta Lei sujeitará a empresa infratora às penalidades previstas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O atual cenário mundial mostra que o agravamento da crise ocasionada pela pandemia do COVID-19 terá impactos profundos na economia. Espera-se um panorama de grandes dificuldades econômicas, já que muitos consumidores duplamente vulneráveis que atualmente estão no mercado de trabalho informal ou desempregados não terão condições de arcar com contas de consumo continuado.





Não é à toa que a União, Estados e Municípios vêm tomando medidas visando minimizar os impactos que esta crise tem gerado. Considero que dentre as medidas mais importantes para garantir condições mínimas de vida para a toda a população neste difícil período está a compreensão de que as empresas prestadoras dos serviços que este projeto abrange, não cobrem multas pela quebra de contrato por cancelamento de determinado serviço.

Veja-se, no atual cenário, é totalmente compreensivo que famílias queiram reduzir custos a fim de garantir o mínimo essencial para passar por essa crise sem maiores prejuízos. E também é compreensivo que esses cortes de gastos comecem por serviços que as famílias não consideram tão essenciais para serem mantidos.

Por isso, o presente pleito busca isentar que os consumidores paguem multa contratual por quererem interromper ou suspender um serviço de prestação continuada que não consideram mais tão essencial naquele determinado momento.

Destarte, solicitamos o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição em nome dos direitos do consumidor brasileiro.

Sala das sessões, em ___ de agosto de 2020.


MÁRCIO MARINHO
Deputado Federal
Republicanos/BA

